

Calçada portuguesa candidata a Património Cultural Imaterial Nacional

A candidatura da calçada portuguesa a Património Cultural Imaterial Nacional, hoje apresentada em Lisboa, visa a sua preservação como “elemento identitário” e a valorização da arte de calceteiro, segundo os promotores da iniciativa.

A proposta, que ainda será entregue hoje, foi apresentada numa cerimónia na Câmara de Lisboa, que decorreu com a presença de representantes da Associação Calçada Portuguesa, promotora da candidatura, e do município de Lisboa, cidade onde este tipo de pavimento tem maior expressão.

A apresentação da candidatura para inscrição no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, transmitida ‘online’, foi feita pelo secretário-geral da Associação Calçada Portuguesa, António Prôa, que começou por identificar as ameaças e as oportunidades com que a calçada portuguesa se depara.

A diminuição de mestres calceteiros, a falta de manutenção e a má construção, a forte concorrência de outro tipo de pavimentos, e o declínio das indústrias extrativa e de transformação da pedra foram as principais ameaças identificadas.

A título de exemplo, António Prôa referiu que em 1927 existiam na cidade de Lisboa 400 calceteiros, enquanto em 2020 esse número era de apenas 18, sendo que só estavam 11 no ativo.

O fraco reconhecimento social e remuneratório da profissão foi a principal justificação para esta diminuição.

No entanto, os promotores da candidatura acreditam que estão

reunidas as condições para promover a calçada enquanto “elemento distintivo e identitário”, valorizar a profissão de calceteiro e “um saber fazer singular”, e potenciar a “eficiência e a sustentabilidade ambiental”.

António Prôa explicou que vai estar assegurado um conjunto de medidas de salvaguarda da calçada portuguesa, quer através do seu “estudo e investigação”, quer pela “divulgação, valorização e sensibilização”.

O também deputado municipal de Lisboa admitiu que o objetivo final é, a curto prazo, apresentar na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) uma candidatura da calçada portuguesa a Património Cultural Imaterial da Humanidade, à semelhança daquilo que sucedeu com o fado.

“Com esta maturidade do processo, assim que houver oportunidade de o fazer, eu penso que a associação estará em condições de apresentar esse trabalho”, apontou.

Por seu turno, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina (PS), afirmou tratar-se de “um dia muito especial”, uma vez que a calçada portuguesa “faz parte da identidade da cidade”.

“Há muito que ultrapassou a dimensão de pavimento, a dimensão de arte urbana e tem muito esta dimensão identitária, que nos reúne, que nos identifica, que nos autonomiza face a outras realidades”, sublinhou.

Nesse sentido, o autarca comprometeu-se a apoiar todas as iniciativas que ajudem a promover a calçada portuguesa e a preservá-la.

“Eu vejo este dia não como o fim, mas como o início de uma nova etapa que nos deve levar a bater pela arte da calçada como Património Imaterial da Humanidade”, disse.

A calçada portuguesa resulta do calcetamento com pedras de formato irregular, geralmente em calcário branco e negro, que podem ser usadas para formar padrões decorativos ou mosaicos pelo contraste entre as pedras de distintas cores.

Além de Portugal, está presente em locais como Espanha, Gibraltar, Bélgica, República Checa, China, Macau, Malásia, Timor-Leste, Angola, Moçambique, África do Sul, Brasil, Estados Unidos e Canadá.

A intenção de avançar com a candidatura a Património Cultural Imaterial da Humanidade tem alguns anos na capital: em 2016, o município aprovou por unanimidade o arranque do processo, referindo então que iria pedir a colaboração de outras cidades com este pavimento.

Em 2018, a autarquia aprovou um apoio de 110 mil euros à Associação Calçada Portuguesa para aplicar na candidatura.